

Diário da Assembleia

Nºs 2.443/2.444

CURITIBA, 20 E 22 DE ABRIL DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDY SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CÔRTEZ
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIER GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TÚLIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cerci de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Fregonesse

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE — Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 18.ª Sessão Ordinária
Realizada em 20 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Leopoldo Jacomel, secretariado pelos srs. deputados Luiz Malucelli e Azo Losso.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Jr., Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Elmano Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Rual Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros Tullio Vargas e Wilson Forte (37).

Verificada a existência de número legal o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob o n.º 179-70 do senhor deputado federal Geraldo Freire, presidente da Câmara dos Deputados, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquela Câmara que dirigirá os trabalhos da 4a. Sessão Legislativa, da 6a. Legislatura. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 488-70, do senhor Nelson Luiz Silva Fanaya, secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, comunicando sua investidura na aquele cargo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Da Prefeitura de Rolândia, firmado pelo senhor bacharel Horácio Cabral, Interventor Federal, solicitando desta Casa, Plebiscito, a fim de que seja reincorporada área de terras do município de Rolândia cerca de 300 alqueires, localizada ao lado esquerdo do eixo rodoviário, Rolândia-Cambé, inexplicavelmente deixada sob a jurisdição do vizinho município de Cambé pelas administrações anteriores, já que a área mencionada por direito e de fato sempre pertenceu àquele município. — A Comissão competente.

Sob o n.º 11270, do senhor Jadir Mariani, prefeito municipal de Ubra-tã, congratulando-se com a nova Mesa desta Assembleia. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1-70 do senhor Ary Rodrigues de Moraes, presidente da Câmara Municipal de Amaporá, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Casa; no decorrer de 1970. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 24-70, do senhor Gabriel Chama, presidente da Câmara Municipal de Jundiá do Sul, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva que regerá os trabalhos daquela Casa, durante o ano de 1970. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 7-70, do senhor Waldemar Fernandes Dias, presidente da Câmara de Ubra-tã, comunicando que face a indicação 8-70, do vereador sr. Edelson Inocencio, foi aprovado em sessão realizada em 24-70, voto de congratulações aos membros da nova Mesa. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 153-70, do senhor professor João Ramalho, diretor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, convidando esta Presidência para a audição do dia 14 que marcará o início das atividades artísticas para o ano de 1970. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Da Secretaria de Estado do Vaticano, acusando recebimento do requerimento do senhor deputado Ernesto Moro Redeschi. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Eduardo Rodrigues Machado, presidente em exercício do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial "Dom Carlos", encaminhando os balancetes daquele Centro e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas — Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Osvaldo Mixdorf, fundador da cidade de Rolândia, solicitando dos nobres tpaes desta Casa, sobre a possibilidade de ser reincorporada a área de terras que pertenciam àquele município e que, inexplicavelmente, foi anexada ao município de Cambé. — Ao conhecimento da Casa.

CONVITE:

Do Governo do Estado do Paraná, da Café do Paraná e Prefeitura Municipal de Paranavai, convidando os nobres pares deste Poder, para as solenidades de inauguração da "Unidade de Preparo de Sementes", a ser realizada naquela cidade. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 24-70.

— De autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 257-69.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja destinada a Sessão Solene a ser convocada, de acordo com a Resolução n.º 23-69, para comemorar o Dia do Soldado — 25 de agosto, em homenagem ao grande brasileiro marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pelos relevantes serviços prestados à Nação brasileira. Solicita, outrossim, que seja designada numa Comissão composta de 5 senhores Deputados, para em entendimentos, com as demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, conseguir fundos necessários a fim de ser erigido, num dos logradouros públicos de nossa Capital, um busto daquela eminente figura nacional.

Requer, ainda, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência aos familiares do marechal Castelo Branco, a fim de que os mesmos possam participar dessa homenagem que será prestada em nome de todo o povo paranaense.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1970.

(a) João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer, ouvido o Plenário a consignação em Ata de um voto de aplauso ao excelentíssimo senhor general José Campos de Aragão, digníssimo Comandante da 5a. Região Militar, pela sua destacada atuação frente à organização da Olimpíada 70, a qual pelo êxito alcançado, veio prestigiar e elevar o nome do nosso Estado no cenário nacional, além de ter conseguido um brilhante conagração entre as classes civis e militares do nosso País, já que dela participaram atletas integrantes dos 4 Exércitos e da guarnição Militar do Planalto, sediada em Brasília.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao sr. Comandante da 5a. Região Militar.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1970.

(a) João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, requer à Mesa: após audiência do Plenário, inscreva-se nos Anais deste Poder, como fato histórico para o Estado, registro do especial brilhantismo de que se revestiu a realização em Curitiba, da Olimpíada 1.970" do Exército Nacional, graças a uma impecável organização e à preocupação constante de irmanar e confraternizar civis e militares, manifestada na ampla programação popular, nas competições civis de caráter esportivo, paralelas às privativas de militares, na mostra de arte armada na Biblioteca Pública e nos vários atos de conteúdo cívico e social.

Requer ainda seja consignado no mesmo registro voto de congratulações à 5a. Região Militar, na pessoa de seu ilustre comandante, general José Campos de Aragão, pelo entusiasmo e pelos méritos pessoais de Sua Excelência na organização e condução da Olimpíada, que, segundo variados depoimentos de Comissões visitantes, superou em sucesso e repercussão todas as competições miliares já realizadas no País.

Requer ao final, uma vez aprovados os termos anteriores do presente requerimento, seja seu inteiro teor notificado ao excelentíssimo senhor ministro, general Orlando Geisel, ao excelentíssimo senhor presidente da Comissão de Desportos do Exército general Antonio Jorge Correia e ao já nominado comandante da 5a Região Militar, valendo como manifestação de agradecimento de todo o povo paranaense, que, segundo variados depoimentos de Comissões visitantes, superou em sucesso e repercussão todas as competições miliares já realizadas no País.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no exercício das suas prerrogativas regimentais, requer à douta Comissão Executiva, consultada a vontade da Casa sejam manifestadas ao excelentíssimo senhor governador do Estado, doutor Paulo Cruz Pimentel, congratulações oficiais do Poder Legislativo pela homenagem de que foi alvo, ao receber do Exército Brasileiro a Medalha do Pacificador".

Considerando que a honraria especial dedicada a seu líder político e administrativo reflete-se também sobre todo o povo paranaense, requer também manifestação oficial deste Poder às autoridades outorgantes, consignando a simpatia e gratidão com que foi recebido o gesto oportuno e justo do Exército Nacional, homenageando a figura de jovem estadista e democrata autêntico que se encarna no Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

e diversas outras assinaturas.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e srs. Deputados. Esta é a primeira vez que a Assembleia Legislativa, dando cumprimento a disposições legais da Casa, realiza uma sessão, cujo Expediente é destinado à comemoração de Data Nacional.

E preciso que isto aconteça, porque, povo sem história é um povo sem memória. Há necessidade do cultivo das tradições nacionais, saber de onde viemos e o que fizemos, para onde iremos e o que faremos.

E a Assembleia Legislativa, que é a representante do povo, deve ser como de fato é, a fomentadora das tradições brasileiras. Hoje, comemoramos a data destinada a homenagem do povo, a Tiradentes, o Patrono Cívico da Nação Brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, um homem que encerra em si, a história completa de um grande idealista, um homem que deu a todos um exemplo, para que sigamos a sua trilha, em busca dos grandes ideais, que devem ser construídos, não na terra movediça dos interesses pessoais, mas na base concreta dos ideais alevantados para a grandeza da Pátria.

São os homens que fazem, com os seus atos pretéritos e presentes, a realidade concreta do futuro. Joaquim José da Silva Xavier, um humilde alferes de milícia, despertou sentimentos de independência em sacerdotes, magistrados, poetas e escritores. E nas suas andanças em Vila Rica, Rio de Janeiro São João Del Rei, falava sempre, empolgando as multidões e empolgando aqueles que o procuravam, falava no grande sonho da independência. E o acompanharam, Cláudio Manoel da Costa, Tomaz Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, mas, como acontece em toda parte, e em todas as organizações, como acontece no próprio pequeno conjunto do cristianismo, em que surgiu dentre os apóstolos um Judas, haveria necessariamente de surgir também dentre aquele grupo e, por uma ironia, um outro Joaquim, para se opor a Joaquim Tiradentes. Joaquim Silvério dos Reis, o delator, o traidor. E foi por interferência e delação de Joaquim Silvério dos Reis que foram presos em Minas Gerais, 10 dos amigos mais íntimos de Tiradentes, e Joaquim José da Silva Xavier, foi preso no Rio de Janeiro.

Este portou-se corajosamente e assumiu toda a responsabilidade do movimento de independência, e foi condenado à morte. Vestiram-lhe uma túnica branca, levaram-no de onde estava à prisão onde funcionava a Câmara dos Deputados, e subiram pela Rua da Cadeia, mais tarde chamada "Rua da Assembleia". Uma grande procissão o acompanhava. Isso às 11 horas da manhã do dia 21 de abril de 1.792.

É lá no Largo da Empadada hoje Praça Tiradentes, Tiradentes subiu corajosamente a escada da força, ajoelhou-se, e recebeu a bênção do padre. Voltou-se para a multidão que assistia aquele quadro e disse corajosamente: "Cumpro a minha palavra: morro pela liberdade".

Eram 11 horas da manhã. Cortaram-lhe a cabeça e a enviaram para "Curo Preto". Arrancaram-lhe os braços e o mandaram: um para Paraíba do Sul e outro para Barbacena. Suas relíquias foram também seccionadas e colocadas na Estrada de Minas Gerais.

A casa arrasada e salgada; os parentes declarados infames até a quinta geração.

Mas também, como aconteceu com todas as idéias, esta idéia da independência não morreu porque uma idéia não se combate pela força; não se combate com a morte. Uma idéia só poderá ser combatida por outra. E, 30 anos depois, antes, portanto, que se passasse uma geração, foi proclamada a independência por D. Pedro I.

Estes os fatos que registramos nesta tarde, como homenagem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Tiradentes, o Patrono Cívico da Nação Brasileira.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

— O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 261-69, declarando de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Propaganda — "APP", com sede e Fôro em Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 261-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Propaganda — "APP", com sede e fôro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 1.970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente, Olivir Gabardo, Roberto Galvani

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 108-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Fênix, uma Escola Normal de Grau Colegial. — Pareceres favoráveis com Substitutivo Geral da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado pelo substitutivo geral.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 345-68, de autoria do dep. Sílvio Barros, que dá nova Redação a Lei n. 13-66, de 30 de dezembro de 1.966, que cria o Instituto de Reintegração do Legislativo Paranaense (IRLEP). — Pareceres contrários da C.C.J. e C.F. — Rejeitado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 104-69, de autoria do dep. Euad Natch, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Campo Novo, um Ginásio Estadual, para funcionar em prédio já existente, a partir de 1.970. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 34-70, Mensagem Governamental n. 4-70, encaminhando Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia do Estado do Paraná em contrato de financiamento entre a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — (COPEL). — Em Regime de Urgência. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 34-70

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 4-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a garantia do Estado do Paraná em contrato de financiamento objetivando o repasse, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, dos recursos a serem providos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, nos termos do contrato por este celebrado com a primeira de 12-3-1969 (n. 203/SF-BR, Diário Oficial da União de 18-4-1969, Seção 1, páginas 3359 e 3364).

Parágrafo Único — A garantia referida no caput — deste artigo se estende ao contrato de financiamento a ser assinado entre a ELETROBRAS e a COPEL, mediante o qual a primeira propiciará à segunda, em caráter complementar, recursos próprios em moeda nacional.

Art. 2.º — A garantia definida no Artigo 1.º e respectivo parágrafo consiste na outorga a ELETROBRAS de procuração para receber, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico BNDE, por conta das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, que couberem ao Estado do Paraná nos exercícios de 1971 a 1989, as quantias correspondentes às obrigações da COPEL vencidas e não pagas, ressalvadas as vinculações já existentes das mencionadas quotas.

Art. 3.º — Os recursos objeto do contrato referido no caput do Artigo 1.º correspondem a US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) — valor este reajustável, em cruzeros novos, de acordo com as variações que vierem ocorrer na respectiva taxa cambial (NCR\$/US\$R\$).

Parágrafo Único — Os recursos objeto do contrato a que alude o Parágrafo Único do Artigo 1.º correspondem ao equivalente, em moeda nacional, a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte).

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 34-70

O Governo do Estado, por mensagem própria, pela autorização para oferecer a garantia do Estado do Paraná em contrato de financiamento, objetivando o repasse, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS à Companhia Paranaense de Energia Elétrica COPEL, dos recursos a serem providos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O financiamento com a garantia do Estado do Paraná, destina-se a atender compromissos já assumidos com as obras da interligação do sistema elétrico paranaense com a Usina Hidrelétrica do Acaray, no Paraguai. Essa interligação beneficiará extensa faixa ocidental do Paraná, com uma cota correspondente a 23.000 KW.

A utilidade do que se propõe é indiscutível, além de não gerar qualquer conflito de natureza constitucional ou legal.

Assim, salvo melhor juízo, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1.970.

aa) Emílio Carazzini — Presidente, Luiz Renato Malucelli — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 34-70

Objetiva o presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental 4-70, oferecer garantia do Estado do Paraná em contrato de financiamento em que são partes a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O presente plano de Lei, está devidamente instruído, razão pela qual essa Comissão de Finanças não encontra qualquer impedimento de ordem financeira que se lhe anteponha.

Nosso Parecer, portanto é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1.970.

aa) Roberto Galvani — Presidente, Sílvio Barros — Relator

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 138-69 de autoria do dep. Emílio Carazzini, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Feira Intercolegial Estudantil do Livro", (F.I.E.L.) — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 138-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a "Feira Intercolegial Estudantil do Livro", (F.I.E.L.), com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.969 —

a) Emílio Carazzini

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 138-69

O presente Projeto de Lei n. 138-69, visa autorizar a declaração de Utilidade Pública da Feira Intercolegial Estudantil do Livro.

E constitucional e legal.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1.969.

aa) Paulo Poli — Presidente, Antônio Lopes Júnior — Relator, Roberto Galvani, Ivo Tomazoni, Ovídio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 257-69. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência o Projeto de Lei n. 24-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja a Sessão Solene a ser convocada para comemorar o Dia do Soldado, destinada a homenagear o grande brasileiro marcial Humberto de Alencar Castelo Branco. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao excelentíssimo sr. general José Campos de Aragão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à 5a. Região Militar, na pessoa do seu ilustre comandante, gen. José Campos de Aragão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja manifestada congratulações do Poder Legislativo ao sr. Governador do Estado, pela homenagem de que foi alvo, ao receber do Exército Brasileiro a "Medalha do Pacificador". — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 22 (vinte e dois), quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 276-69;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 104-69;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 34-70, 138-69.

A Presidência lembra aos srs. Deputados que dentro de 15 minutos haverá uma outra Sessão, em caráter extraordinário.

Levanta-se a Sessão.

ATA DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

6a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

Aos dezesseis dias do mês de abril de um mil e novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação, para o fim de proceder à instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Olavo Ferreira e com a presença dos Senhores Deputados: Ivo Tomazoni, Roberto Galvani, Arnaldo Pereira Lima e Sílvio Barros. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, e

anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesa. Procedido o sufrágio, verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos Senhores Deputados: Ivo Thomazoni e Sílvia Barros, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Senhor Deputado Ivo Thomazoni agradece aos senhores membros, a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Antônio Lacerda Braga Neto para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que vai devidamente assinada.

aa) Ivo Thomazoni Presidente
Sílvia Barros, Vice-Presidente
Agnaldo Pereira Lima, Membro
Olavo Ferreira, Membro
Roberto Galvani, Membro
Antônio Lacerda Braga Neto, Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do senhor deputado Ivo Thomazoni. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Olívio Gabardo apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 123-69 — de autoria do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que transfere ao D.E.R. para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana à Pôrto de Ubatuba, PROJETO DE LEI N. 148-69 — de autoria do senhor deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1.970. — APROVAÇÃO DE EMENDAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente, Lelis Sotelo Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 123-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Apucarana à Pôrto de Ubatuba, no rio Ivaí, município de Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-2-70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olívio Gabardo, Agnaldo Pereira Lima — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 148-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma escola normal de grau colegial, na sede do município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1.971 (hum mil novecentos e setenta e hum).

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-2-70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olívio Gabardo, Agnaldo Pereira Lima — Relatores

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 19.ª Sessão Extraordinária Realizada em 20 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Leopoldo Jacomet, secretariada pelos srs. deputados Agnaldo Pereira Lima e Roberto Galvani.

As 15,15 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Bellich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzal, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Malucelli, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Sílvia Barros e Túlio Vargas (24); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, David Federmann, Armando Queiroz, Fuad Nacli, Ivo Thomazoni, Luiz Cruz, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Paulo Poli, Seme Scaff e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem por intermédio do presente, na forma regimental, solicitar 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir do dia 20 do corrente.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1.970.

a) Fuad Nacli

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 24 srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, solicitando trinta dias de licença para tratamento de saúde, constante do Expediente. O requerimento será enquadrado na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária.

O SR. ARNALDO BUSATO — (Pela ordem). Sr. Presidente, a Ordem do Dia para esta sessão extraordinária consta da apreciação de três vetos governamentais. Requeiro à Mesa, que seja a matéria discutida e votada englobadamente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aceita a questão de ordem do nobre Deputado. Consequentemente, em discussão as seguintes Proposições:

Discussão Única — da Proposição n. 5-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 147-69, de autoria do dep. Ovídio Franzoni, que cria no Município de Japurá, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar em 1970. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

Discussão Única — da Proposição n. 316-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 66-69, de autoria do dep. Olívio Bellich, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), à viúva Alayde Gonçalves Cordeiro. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

Discussão Única — da Proposição n. 317-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 432-69, de autoria do dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto no quilômetro 14, do trecho Rodovia Paraná-Quaiçara, e dá outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Em votação as seguintes Proposições: 5-70, 316-69, 317-69. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados para votação secreta.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Votaram 24 srs. Deputados. A Mesa designa os srs. deputados Luiz Malucelli, Abrahão Miguel e Roberto Wypych para comporem a comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede o escrutínio)

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte:

9 srs. Deputados votaram "sim"

10 srs. Deputados votaram "não"

5 votos em branco. — Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando-se outra para o próximo dia 22, quarta-feira, quinze minutos após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — das Proposições ns.: 6-70, 318-69, 319-69. Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 20.ª Sessão Ordinária Realizada em 22 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Leopoldo Jacomet e Arthur de Souza.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Bellich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzal, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, Ivo Thomazoni, João Mansur, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvia Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: David Federmann, Armando Queiroz, Fuad Nacli, Jorge Sato, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

EMENDA:

Ao Projeto de Lei nr. 25-70

I — Eleve-se para NCr\$ 4,00 as custas do item II, letra "a", e para NCr\$ 5,00 as custas do item II, letra "b", da Tabela XII, na parte referente aos Oficiais do Registro Civil.

II — Eleve-se para NCr\$ 6,00 e NCr\$ 10,00 as custas das letras "a" e "b", do item IV, respectivamente, da Tabela XII, referente aos Oficiais do Registro Civil.

III — Suprima-se as expressões "inclusive o requerimento" constante da letra "b" do item IV, da Tabela XII, referente aos Oficiais do Registro Civil.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Abrahão Miguel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nr. 40-70

Requerimento

Senhor Presidente:

Para os devidos fins, científico à Mesa de que, nesta data, reasumo minha cadeira nesta Casa, renunciando, consequentemente, ao restante da licença que anteriormente me foi concedida.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1970.

(a) Alencar Furtado

Requerimento

Senhor Presidente:

Requerio à Mesa, ouvida a Casa, seja inscrito na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Mocidade Evangelizadora, pelo transcurso em data de ontem, do "Dia Nacional da Mocidade", tótemicamente comemorado no Estado e na Nação Brasileira.

Inegavelmente, a juventude bem orientada no sentido cristão, constitui-se na grande esperança de todos os povos democráticos, em sua incessante luta contra o materialismo e no combate à subversão, as forças espoliativas, do bom senso, da razão, e aos direitos humanos.

A mocidade realizou em todos os grandes centros, conferências e palestras, que visaram agitar, ainda mais o idealismo cívico e cristão daqueles que, estando no pleno vigor físico, olham, com confiança, os futuros destinos pátrios, desejosos de uma efetiva participação na grande batalha social, para a vitória do bem, na concretização plena da felicidade por todos.

Dal, em função do magno acontecimento, o nosso regozijo, que espero seja da Casa também.

Assim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao Coordenador Geral da Mocidade da Cruzada Nacional de Evangelização, prof. Alton Cardoso, e ao vice-presidente Nacional da Cruzada de Evangelização, rev. Raul de Castro, que também é o seu superintendente no Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1970.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, obedecendo o Regulamento Interno depois de ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata de um voto de congratulações pelo sucesso alcançado pela 6.ª Reunião dos Engenheiros Residentes da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária S. A. Requer, outrossim, que do presente, seja oficiado, em inteiro teor, dando ciência ao engenheiro Máximo Ivo Domingues, chefe dessa Companhia nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1970.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA: — Pelo engenheiro Máximo Ivo Domingues, que a presidiu, no final do ano passado, na sede do Clube Guaira, em Ponta Grossa, realizou-se a Oitava Reunião dos Engenheiros Residentes da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S. A., divisão essa que abrange as ferrovias dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Os trabalhos eminentemente técnicos, dessa reunião, obedeceram a orientação do eng. Camário Lopes dos Santos, chefe do Departamento da Via Permanente.

Senhores Deputados: Todos nós já viajamos de trem, trens puxados por locomotivas movidas a lenha, carvão, elétrica ou Diesel-elétricas. E, conforme os motivos que nos obrigaram a fazer uso desse meio de transporte, pela primeira vez, guardamos, para sempre, essa primeira impressão. E, essa impressão que nos é dada quando já temos o suficiente discernimento para transformá-la em recordação, estará sempre guardada em nossas mentes como algo de extraordinário e, quase sempre, aqueles momentos são revividos com grande prazer.

Quem não viu, ainda, uma criança com os olhos surpresos, parada, olhando uma locomotiva? No seu semblante vemos aqueles momentos que já passaram. Qual a criança rica ou pobre que um dia, não ambicionou ser maquinista?

Na madrugada, fria, escura e quieta de uma cidadezinha, no calor do pôr do sol e, de repente, ecoando ao longe o silvo triste de um apito... Longe, bem longe um homem sozinho está, pois, nos transmitindo o seu lamento de saudade. Saudades da esposa e filhos que deixou entregues a Deus, para poder dar-lhes, ao amanhecer o pão que comerão.

Em uma manhã, sol brilhante refletido nos trilhos de aço, a vegetação reverberando ainda o orvalho, quando surge um névoa dia de esperanças, eis que aparece, na curva ao longe, com toda a sua imponência, rugindo com seus possantes motores, estrondando sua buina, vem um homem de volta à sua terra, ao seu lar, aos seus filhos, manobrando uma moderna locomotiva. Em nós ressurgem a esperança, a confiança no futuro.

Senhores Deputados: Já dissemos, também, que as estradas são as veias que fazem circular as riquezas que alimentam a economia de uma Nação.

Nossas estradas de ferro, que deixaram de ser manipuladas por políticos, que as usavam para seus negros fins, que agora, após tantos anos de marasmo, voltam a ser acionadas com novo espírito, de arrojo e técnica: se Deus quiser, logo voltamos a cumprir seu papel de destaque, com transporte eficiente e baixo custo.

Por isso, quando vemos a realização de reuniões como esta com a qual estamos nos congratulando, nos sentimos satisfeitos em poder, também, prestar nossa homenagem aos seus participantes. Não podendo citar todos os exemplos de abnegação e sacrifício de cada um dos seus maquinistas, ajudantes, guarda-freios, guarda-chaves, chefes de turnos e turneiros, chefes de estações e chefes de trens, prestamos nossa homenagem aos dirigentes da 11.ª Divisão.

Cumpre-nos, ainda, destacar os trabalhos apresentados nessa importante reunião pelo eng. Euclides Bueno Cavalheiro, sobre o fornecimento de materiais; do eng. Celso Cassou, sobre substituição de trabalhos; do eng. Alberto Agostinho Assinelli, sobre visibilidade; do eng. Osmar Ribeiro, sobre curvas; do eng. Reynaldo Augusto Surian, sobre aparelhos de mudanças de via; do eng. Victor Assad Buffara, sobre assentamento de trilhos; do eng. Paulo Munhoz da Rocha, sobre seu estágio. Destacamos também, e em especial, os Engenheiros Residentes que são os homens responsáveis diretos pelo desenvolvimento e pela segurança de todo o complexo que compõe a nossa rede ferroviária e são os engenheiros Walter Pupo da Rocha, Antônio Carlos Mascarenhas, João A. Bley Piazzetta, Elton Ricardo Hoppen, Daniel Olímpio da Rocha, Roberto Cardoso, Haroldo Carneiro Lobo, Antônio de Melo Moraes, Hamilton France, Rubens Ribeiro Frença, Ednân Flyk, Ernesto Lense, Estanislau J. Czech e outros.

Enfim, pelo valor dos trabalhos apresentados, pela adoção de novos métodos e sistemas, a 8.ª Reunião dos Engenheiros Residentes, a prazo curto, já demonstrou seu êxito com a aplicação das suas resoluções. Por isso, esses engenheiros, quase anônimos, pela sua capacidade técnica e pelo muito que fazem em benefício de toda a estrutura da nossa rede ferroviária, merecem, com justiça, receber, com o apoio de todos os senhores Deputados, o nosso apreço e as nossas congratulações. Que elas transformem o Brasil em uma grande e poderosa locomotiva que seguindo pelas paralelas do progresso possa atingir o seu grande destino de glória.

(Tenho dito)

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, com base no Regulamento Interno, requer a retirada de discussão do requerimento do deputado Fu. d. Nacif, que solicita 30 dias de licença para tratamento de saúde pelo prazo de 5 semanas.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1970.

(a) Leopoldo Jacomel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, se digne V. Exa., após ouvido o Plenário, designar representante deste Poder as solenidades de aniversário da Comarca de Pirai do Sul, a ter lugar naquela Município, em 2 e 23 de novembro de 1970, como a sessão de outorga de títulos de Cidadania Honorária a personalidades do Estado.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1970.

(a) Túlio Vargas

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, após ouvido o Plenário, se digne V. Exa. designar representante deste Poder as solenidades comemorativas de aniversário da fundação do Município de São Jorge, a ter lugar dia 26 do corrente.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1970.

(a) Túlio Vargas

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 46-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

FÓRMULA: — Altera a Lei nº. 5.957, de 20 de junho de 1969, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Magistério do Paraná:

Art. 1.º — O grupo ocupacional M-200 — Magistério Médio — do artigo 4.º da Lei nº. 5.957, de 20 de junho de 1969, passa a ter a seguinte redação: M-201 Professor do Ensino Médio (licenciado ou diplomado por Nancy, Cambridge e Michigan com o curso de Didática Especial em Faculdade de Filosofia).... 24

M-201 Professor do Ensino Médio (licenciado ou diplomado por Nancy, Cambridge e Michigan com o curso de Didática Especial em Faculdade de Filosofia).... 23

M-201 Professor do Ensino Médio (licenciado ou diplomado por Nancy, Cambridge e Michigan com o curso de Didática Especial em Faculdade de Filosofia).... 22

Art. 2.º — O artigo 3.º da Lei nº. 5.957, de 20 de junho de 1969, passa a ter a seguinte redação: Art. 3.º — Os atuais cargos da Série de Classes de Professor de Ensino Médio ocupados por professores não portadores do título de licenciado ou diplomado por Nancy, Cambridge e Michigan e que concluíram o curso Didático Especial em Faculdade de Filosofia, passam a integrar a parte suplementar do Quadro Próprio do Magistério, estruturada entre os níveis 20 a 24, extintos pelo nível inicial, quando vagarem.

JUSTIFICATIVA: — A alteração que se propõe à Lei nº. 5.957, de 20 de junho de 1969, visando amparar os portadores de diplomas expedidos por Nancy, Cambridge e Michigan e que concluíram o curso de Didática Especial em Faculdade de Filosofia, é cabível, pois estão esses professores devidamente registrados no Ministério de Educação e Cultura, lecionarem nos estabelecimentos secundários do Brasil. Em relação às disciplinas previstas no Certificado de Registro, não sofrem esses professores nenhuma restrição, gozando, por isso, das mesmas prerrogativas dos professores licenciados.

O material que se encontra anexo a este projeto constitui boa fonte de esclarecimento e convicção.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

Projeto de Lei nº. 47-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A Escola se constituirá de um Ginásio Técnico Industrial e de cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades do mercado de mão de obra especializada.

Parágrafo único — O curso ginásial técnico industrial terá a duração de quatro (04) anos e os cursos de aprendizagem de um (1) a três (03) anos.

Art. 3.º — O Ginásio e os cursos de que trata esta Lei poderão ser feitos mediante o regime de internato, semi-internato e externato.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e Regulamento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1970.

(a) Silvio Barros

JUSTIFICATIVA: — É fato reconhecido por todos que há necessidade de ampliar no setor educacional, o número de escolas que se dediquem ao ensino de ofícios e atividades especializadas.

II — O Projeto que propomos a consideração desta Casa visa proporcionar essa possibilidade, isto é, matricular jovens que desejam, desde logo, se beneficiarem com aprendizado técnico industrial, satisfazendo, de outro lado, as necessidades reclamadas pelo desenvolvimento econômico do Paraná.

III — Além do ensino metodológico de oficiais, a Escola, através de seu Ginásio Industrial, dará oportunidade para que os alunos prossigam e realizem outros cursos de nível médio de 2.º grau.

A importância de tal empreendimento na organização educacional do Estado é tão incisiva que dispensa mais tempo para justificá-la.

Por tais razões, esperamos que o projeto proposto mereça o apoio da Assembleia.

Projeto de Lei n.º 48-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Cultura Espírita do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de abril de 1970.

(a) — **Tálio Vargas**

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos legais, tendo os seus Estatutos legalmente registrados no livro "A", sob número 1.821, no cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos desta comarca.

Dita Entidade tem por fim, como se infere de seus Estatutos, prestar serviços de caráter filantrópico e educativos, e, sem fins lucrativos.

Por outra parte, os conselheiros, diretores, coordenadores, secretários, mantenedores ou participantes, estão expressamente proibidos de receberem qualquer tipo de remuneração.

Isto posto, por ser uma medida de inteira justiça, submetemos a presente Proposição à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê total acatamento.

O PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado **Silvio Barros**.

O SR. **SILVIO BARROS** — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Neste Pequeno Expediente, pedi a palavra para consignar na Ata dos trabalhos desta sessão, a nossa manifestação pessoal no que respeita ao projeto de lei rejeitado pelo Plenário desta Casa, na sessão próxima passada.

Queremos, nesta oportunidade, comunicar que elaboramos aquele projeto em termos de uma Comissão indicada pela Mesa Executiva no período de 1968 e o fizemos para por reparo ao projeto de lei elaborado na legislatura anterior, que trata do assunto referente à pensão dos senhores Deputados.

Ao examinarmos o projeto anteriormente elaborado, sentimos desde o início que ele de certa forma contrariava as disposições legais vigentes no País e ao propormos o nosso projeto fundamentamos em princípio, é como princípio básico, a não existência de relações entre Assembleia e Deputados, como se fossem estas relações empregatícias.

Daí por que propusemos o projeto, cujos fundos serão consolidados tão somente com a participação dos representantes deste Legislativo, não colaborando para aquele fundo a Assembleia Legislativa do Estado, em termos de Poder, nem o próprio Estado.

Além de outras manifestações que na oportunidade expressamos através de nosso projeto, procuramos por todos os meios votar a assistência aos Deputados sem que ela passasse, de forma alguma, sobre os cofres públicos estaduais.

Este registro, sr. Presidente, se faz necessário porquanto o projeto foi rejeitado, como já disse, e era preciso que nós declarássemos, nesta oportunidade, que nem sequer procuramos defender tal projeto, porquanto, na realidade, elaboramos aquele plano de lei atendendo manifestação da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, sem emitirmos, uma vez sequer, o maior ou menor interesse para que a tramitação fosse levada a efeito nesta Casa.

Entendemos, sr. Presidente, que só poderíamos o projeto de lei que estava anteriormente elaborado, porque, a nosso ver, o projeto anteriormente elaborado, atentava contra a moralidade — entendendo eu — e o projeto que propusemos é distante de qualquer outra fonte de renda a não ser a desta Casa, proveniente dos srs. Deputados. Nada mais pretendo do que o sr. Deputado ter um subsídio para seu novo encargo na atividade privada.

Portanto, sr. Presidente, que a rejeição deve estar consignada nesta Casa, em termos de unanimidade, porque não poderíamos aceitar que a rejeição fosse posta em termos de Plenário, de maneira a contrariar a nossa intenção. Finalmente, o que desejamos, em síntese, é que entendamos a manifestação da Mesa Executiva anterior, que nos delegou aquele trabalho, fazendo-o como representante do povo, distante de qualquer manifestação de ordem coletiva ou pessoal, mas ao mesmo tempo nos congratulamos com o Plenário por tê-lo rejeitado, porque entendemos mesmo que não há nem deve haver nenhuma quarela desta natureza entre Deputados à Assembleia Legislativa.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito sr. deputado **Olavo Ferreira**.

O SR. **OLAVO FERREIRA** — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Hoje, no período da manhã, deve ter descido à cidade de Lins, o Ministro **Andreazza**, que deve estar nesta mesma oportunidade, inaugurando mais um trecho da estrada entre Frutal, em Minas Gerais, e Ourinhos, no Estado de São Paulo, divisa com o Paraná, trecho da BR-153, denominada Transbrasiliana.

Este trecho da estrada está sendo construído pelo C.E.R./2 do Exército, tendo como engenheiro-chefe o tenente Coronel Daniel Mipazzo. Esta estrada, é uma das mais importantes estradas brasileiras e acredito que, tendo chegado como chegou, a Lins com suas obras adiantadas para além de Ourinhos, no Estado de São Paulo, de imediato o Governo Federal irá atacar a Trans-brasiliana no Estado do Paraná, o que muito irá significar para a economia de nosso Estado.

Estará presente, à cidade de Lins, uma Comissão formada por componentes dos Lions Clubes de Cascavel, de Campo Mourão, de Ubatuba, de Corbélia e de todos os municípios circunvizinhos ao Rio Piquiri, fazendo uma séria reivindicação a S. Exa. o sr. ministro **Mário Andreazza**.

Há um ano, precisamente, estivemos nesta tribuna com um mapa, procurando sensibilizar os Deputados desta Assembleia, assim como o sr. Governador do Estado, a fim de dar colaboração decisiva para que a estrada, a BR-369, que liga Cascavel a Campo Mourão, tivesse as suas obras concluídas.

Paulo hoje como Deputado, não como Deputado daquela região, mas, pediria permissão a V. Exas. para também falar como um membro do Lions Clube Internacional. Porque sou fundador do Lions no Paraná. Há 16 anos que frequento o Lions, sem nenhuma falta e, hoje, depois de ter ocupado todos os postos dos Lions Clube, com muita honra, com modesto trabalho que apre-

sentamos servindo à comunidade paranaense, o título de "Conselheiro Internacional".

Quando vejo um clube de serviços, como o Lions, se movimentando e sensibilizando todos os municípios daquela região do Rio Piquiri, a fim de que todo o Paraná, também sensibilizado, procure o Ministro **Mário Andreazza**, procure o sr. Governador do Estado, para que essa estrada seja concluída, não poderia eu, como Deputado e como Conselheiro Internacional do Lions, ficar alheio a esse movimento em que o Lions do Paraná entrega, nesta oportunidade, na cidade de Lins, uma reivindicação das mais justas de que temos conhecimento.

A posição do Lions é mais um reforço ao trabalho que vem sendo realizado, no momento por diversas entidades e personalidades.

E também uma reivindicação que foi levada à Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, na cidade de Cascavel e que também será levada futuramente numa reunião de grande importância em União da Vitória.

Não poderíamos, como acabamos de afirmar, diante da importância da construção dessa rodovia e sabendo que a testa da construção da Trans-brasiliana está um eminente tenente-coronel, amigo do Paraná, porque foi ele o construtor chefe da estrada que liga Ponta Grossa-Foz do Iguaçu e por diversas vezes, em Londrina, S. Exa. mostrou-se interessadíssimo na construção dessa estrada.

É por isso que, nesta oportunidade, quando o leonismo paranaense se apresenta na cidade de Lins para conversar com o ministro **Mário Andreazza**, a fim de que seja colocado no orçamento federal uma importância que contribua para a conclusão daquela tão importante rodovia, apresentamos um requerimento que deverá ser enviado a S. Exa. o sr. Ministro **Mário Andreazza** e ao sr. Governador do Estado, para que também, no Orçamento estadual deste ano se inclua uma verba que, associando-se à verba do Governo Federal, tenha aquela região que há tanto reivindica essa estrada, os seus objetivos alcançados.

O meu requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa. o envio da Sugestão abaixo, ao exmo. sr. Ministro dos Transportes, **Mário Andreazza** e ao exmo. sr. governador do Estado, **Paulo Pimentel**.

Considerando o movimento realizado em todo o Paraná, liderado principalmente pelos Lions Club de Campo Mourão, Cascavel, Ubatuba, Mamburê, Corbélia e todas as cidades da região do Rio Piquiri, para a conclusão da Rodovia BR-369;

Considerando que a BR-369, corta a região mais rica do Paraná e que apesar de não asfaltada, segundo o D.E.R., tem um movimento diário de 1.700 veículos;

Considerando que a BR-369, além de beneficiar uma vastíssima região agrícola, irá criar substancial fonte de turismo, permitindo a brasileiros e estrangeiros de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Brasília e outros tantos, terem acesso às famosas Cataratas do Iguaçu;

Considerando que a conclusão da BR-369, integrará o Norte do Paraná com a região Oeste e Sudeste, fortalecendo a economia estadual e permitindo também maior intercâmbio cultural e comercial com o Paraguai, através da Ponte da Amizade;

Sugere a Vossa Excelência que incluam no Orçamento do Estado e no Plano Quadrienal do Governo Federal, verba destinada à imediata conclusão de tão importante rodovia.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1970.

(a) — **Olavo Ferreira**.

Sr. Presidente, antes de deixar a tribuna, gostaria apenas de agradecer e comunicar a V. Exa. que, por deferência de nossos companheiros, fomos eleito Presidente da Comissão de Instrução Pública e da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio. Nossos sinceros agradecimentos àqueles que votaram em nós.

Era só, sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado **Haroldo Bianchi**.

O SR. **HAROLDO BIANCHI** — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lê): — "A saúde foi sempre um fator primordial de desenvolvimento e de bem estar da população. Não poderíamos deixar de ressaltar nesta Casa, a entrevista coletiva do secretário de Saúde Pública, sr. **Adolfo Rossetty**, sobre os trabalhos realizados no Governo **Paulo Pimentel**. Quando o atual Governador assumiu, basta lembrar, um terço dos municípios paranaenses estavam sem qualquer atendimento médico. Após quatro anos, podemos constatar que 242 municípios já contam com a representação da Saúde Pública. E o mais importante, que, além disso, a população do interior está sendo conscientizada e que está atendendo aos apelos do Governo. Os trabalhos da Secretaria de Saúde estão sendo realizados em extrema cooperação das Prefeituras municipais e de entidades comunitárias.

Com isto, foi possível ainda instalar mais 203 Gabinetes odontológicos, uma vez que somente existiam 49 no Estado. O programa de interiorização de Saúde Pública foi tão frutífero que em apenas um Governo construiu-se dez mil metros de obras, representando mais do que todas existentes até então na História do Paraná. Mas, a interiorização da Saúde teve-se mais ainda no preparo de pessoal técnico, através da descentralização de cursos, anteriormente somente realizados na Capital. Com isto, as Prefeituras municipais, sem muito ônus, puderam enviar os seus representantes para serem especializados nos centros mais próximos e dessa forma suprir a falta de técnicos em sanitário.

A fixação de médicos no Interior, tão carentes de assistência médica, foi mais um grande passo desenvolvido neste Governo, visando o bem comum de toda a população. Todos os recursos foram utilizados para se alcançar essa meta. Planos nacionais baseados na realidade do desenvolvimento foram encetados. Exemplo disso é o Município de Piên que nunca teve um médico, pois não dispunha de condições para isso. O Governo encontrou uma solução: reuniu os recursos das Prefeituras de Piên, Agudos do Sul e Tijucas e completou as verbas, dotando o município de um médico que passou a atender a população das três comunidades.

O Paraná, que somente em 1971, teria iniciado a campanha de erradicação da Varíola já conseguiu, através do trabalho do Governo, livrar o Estado deste mal. Num trabalho congregando todos os recursos, a campanha realizada em apenas um ano e o Paraná já é um Estado que está livre da varíola, enquanto que São Paulo ainda continua com o trabalho de vacinação e em Santa Catarina somente agora é que serão iniciadas as imu-

ações. A vacina contra as doenças transmissíveis, hoje já pode ser encontrada em qualquer representação governamental no interior do Estado. As vacinações já são feitas rotineiramente sem necessitar de campanhas. O homem é a meta básica desse Governo. Enquanto estão sendo construídas escolas, a assistência médica e os medicamentos são distribuídos em todo o interior. O Laboratório Químico-Farmacêutico, com os novos aparelhamentos está suprindo as Unidades Sanitárias de remédios, onde o povo os consegue gratuitamente.

Hoje, podemos dizer, sem medo que o Paraná construiu uma estrutura de Saúde Pública e conscientizou a população sobre os seus problemas. Para isso deu, antes de tudo, os recursos necessários.

O desenvolvimento da Saúde Pública não se restringiu aos setores interessados de algumas regiões. Foi um trabalho global, em todos os setores, srs. Deputados, desde os mais conhecidos até os mais obscuros, que, no entanto, são básicos para a infraestrutura sanitária.

Nesta Casa de Leis não poderia deixar de se ressaltar os resultados desse trabalho que vem sendo realizado há quatro anos. O deslocamento de doentes dos municípios do interior do Estado para a Capital já está terminando. O doente do interior, principalmente da área rural, que sem recursos se aventurava anteriormente para a Capital à procura de assistência médica ou hospitalar, já não precisa mais, pois, encontra o médico em sua região e os hospitais governamentais em sua região. Atualmente, 242 municípios já estão atendendo a população, fixando o homem em sua terra, evitando a evasão anteriormente registrada, que trazia graves consequências sociais para o Estado.

O índice de tuberculose, srs. Deputados, já foi reduzido à metade, graças ao trabalho nas principais regiões geo-econômicas, fazendo o trabalho de profilaxia e tratando os doentes antes que a doença se alastresse.

Os hospitais foram centralizados na Fundação Hospitalar do Paraná e hoje estão sendo ampliados, oferecendo mais leitos para deixar o Paraná um Estado com menos doentes. Este trabalho, consciente, realizado pelo Governo Paulo Pimentel, superou, já as expectativas anunciadas no seu início.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, eminentes srs. Deputados. Nos dias de 1967 denunciei, desta tribuna, a operação que para mim foi a mais brisa jamais feita.

Aquela época, quando então adquirira o acervo de bens da Companhia Telefônica Nacional, naquela época denunciou, com documentação, que o Paraná já adquiria, já comprava bens que lhe pertenciam; provei que o então prefeito Ivo Arzuza Pereira procedeu ao levantamento físico-contábil do acervo de bens daquela Empresa, e o seu alcance era de 7 bilhões de cruzeiros antigos.

A operação foi feita à base de dólar, hoje ultrapassa a casa dos 100 milhões de cruzeiros, porque só de juros quase alcança os 15 milhões, para adquirir um bem que valia 7 e que para a minha tese, já pertencia ao Estado.

Denunciei demais, fui derroado na votação que se afez aqui; bati às portas do Congresso Nacional, lá foi constituída uma Comissão e, amanhã talvez interesse a esta Casa, ao conhecimento desta Casa e à Mesa, um requerimento dirigido ao Procurador Geral da Justiça, pedindo contas da recomendação do Congresso Nacional, mas a matéria que me traz hoje a esta tribuna, se rememoro episódios de 67 e de 68, foi porque, srs. Deputados, aquela época dirigia a Telepar o general Junot Guimarães que, como representante do Estado do Paraná consumou o ato jurídico, firmando contrato de compra e venda em Nassau, em território neutro e inglês, onde não se exigiu o pagamento do imposto de renda para aquele ato. Então, o J.T.T. foi beneficiado e desprestigiou-se o Brasil naquela operação, sonhando-se até o imposto de renda e a consumação deste ato foi feita pelo então representante da Telepar.

Mas, sr. Presidente, a Telepar, faça-se justiça também após alguns anos de atividades, desenvolveu o setor que lhe é pertinente no Paraná. Não é sobre isto ou sob este ângulo que critico, mas a nossa função fiscalizadora, não pode permitir, não pode admitir que se comente, à boca pequena, que uma administração que, por todos os títulos, há de ser responsável, que uma administração que, por todos os títulos, há de ser responsável, presas e incentivos do Rio Grande do Sul. Não posso conceber, srs. Deputados, que se comente irresponsavelmente coisas deste jaez, de tanta gravidade, e é por esta razão fundamental para que o homem público, que para mim tem ou deve ter a pudicícia da mulher de Cesar, deve ser intocável, é que endereo, neste instante, para que se encaminhe ao exmo. sr. dr. Ivo Arzuza Pereira, meu digno presidente da Telepar, o seguinte pedido de informações.

"Requerimento"

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais requerer se digne Vossa Excelência do endereçar ao excelentíssimo senhor doutor Ivo Arzuza, digníssimo presidente da Telepar o seguinte pedido de informações:

a) — Se a Telepar, na gestão Junot Guimarães, efetuou investimento financeiro em outros Estados, mormente no Rio Grande do Sul, e qual o seu montante?

b) — Em que suporte legal se estribou a gestão referida para assim proceder?

c) — Que lucros ou prejuízos advieram dessas operações?

Se prejuízo houve, em quanto montou?

Sala das Sessões em 22 de abril de 1970.

(a) — Alencar Furtado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 31 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, ao Projeto de Lei n. 25-70. Necessita de apoio. — Apoiado. Será anexada ao Projeto.

O SR. TULIO VARGAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria de V. Exa., sr. Presidente, conforme praxe, já adotada nesta Casa pela Mesa anterior, mandar fazer aos srs. Deputados a distribuição das súmulas dos projetos, mesmo que seja para apoio.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem) sr. Presidente, acho que V. Exa. está conduzindo os trabalhos, com muita correção. Porquanto, isto compete ao sr. Primeiro Secretário, quando da leitura do Expediente, tão logo os srs. Deputados deem entrada na Mesa das proposições. — Não há necessidade do Presidente se tornar um relógio de repetição nesta Casa, a função do Presidente é muito mais elevada do que a de um simples leitor de expediente. Porquanto, eu acho, que o sr. 1.º Secretário procedendo à leitura das matérias que se encontram sobre a Mesa, não há necessidade, sr. Presidente, de V. Exa. citar letra por letra, vírgula por vírgula, ponto por ponto.

O SR. TULIO VARGAS — Sr. Presidente — (Pela ordem) — sinceramente, até me admira da reação do deputado Erondy Silvério, uma vez que não existe sequer qualquer pretensão na minha questão de ordem, de prejudicar a idoneidade de V. Exa. ao encaminhar os requerimentos e as proposições neste sentido, sr. Presidente. — Acontece é que às vezes o sr. 1.º Secretário lê o expediente, nem todos os srs. Deputados estão presentes e às vezes nem chegam a tomar conhecimento da matéria que se encontra sobre a Mesa. Eu não pedi que V. Exa. lesse todos os projetos na sua íntegra, mas desse apenas uma súmula para que se tomasse conhecimento dos projetos que vão ser encaminhados.

Não vejo nada de mal nisso, tudo aqui é feito às claras, tudo aqui é feito sem subterfúgio para o melhor encaminhamento dos nossos trabalhos.

Quanto a nós, sr. Presidente, continuamos contando com a mais absoluta confiança na maneira com que V. Exa. vem presidindo os trabalhos nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas solicitei a palavra pela ordem, não como integrando da ARENA, nem do Governo, apenas, eu estava transmitindo à Mesa e à Casa um ponto de vista pessoal como deputado integrante deste Poder. Também não disse que o nobre deputado Túlio Vargas havia levantado suspeição, não poderia ser de outra forma. Quanto à firmeza de propósitos de V. Exa., apenas acho que nada aqui se faz às escondidas e não se usa subterfúgios na leitura do expediente que se encontra sobre a Mesa e que deve ser apreciado pela Casa. Apenas acho que o sistema adotado anteriormente era apenas uma repetição monótona, cansativa daquilo que nós chamamos no "Diário da Assembleia"; daquilo que o sr. 1.º Secretário lia, daquilo que todos conheciam, era repetido vírgula por vírgula, ponto por ponto; era monótono, cansativo. Não é essa a função do Presidente. A função do Presidente é submeter à votação, é presidir os trabalhos; submeter a matéria à apreciação da Casa. Os dois Secretários da Mesa são os homens encarregados, de acordo com o Regulamento Interno, ao processamento da leitura de todas as proposições.

Se houver matéria nova que venha a entrar na Mesa após a leitura do expediente, pelo sr. 1.º Secretário, aí se justifica que se proceda novamente a leitura.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Prossegue a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente, identificando à Mesa, que reassuma a Cadeira de Deputado, nesta Casa, renunciando, consequentemente, ao restante da sua licença. Será devidamente anotado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 276-69, autorizando o Poder Executivo, celebrar convênio através do D.E.R. com o Município de Paranaíba, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica do trecho de estrada que liga Praia de Leste à Ponta do Sul. Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n. 276-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Paranaíba, destinado à execução dos serviços de pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga Praia de Leste à Ponta do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 18 de fevereiro de 1970.

as) Ivo Tomazoni — Presidente

Agnaaldo Pereira Lima — Relator

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 104-69, de autoria do dep. Fúad Nacif, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Campo Novo, um Ginsígio Estadual, para funcionar em prédio já existente, a partir de 1.º/70. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 34-70, Mensagem Governamental n. 4-70, encaminhando Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia do Estado, do Paraná em contrato de financiamento entre a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) e à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — (COPEL). — Em Regime de Urgência. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em discussão.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Para discutir) Sr. Presidente, srs. Deputados.

A matéria objeto do Projeto 34/70, a nosso ver, é de grande alcance para o desenvolvimento do Paraná, no que tange ao seu objetivo, à sua meta, à sua destinação. A operação todavia é de monta e de grande monta; alcança a casa de 11 milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte, reajustáveis ao câmbio normal do Brasil.

O sr. Governador do Estado do Paraná, na sua Mensagem, pede à Casa garantias reais para esta operação ser procedida. Em verdade, para uma operação que ultrapassa ou se aproxima, melhor dizendo, dos 40 bilhões de cruzeiros e que com certeza ultrapassará esta conta no decorrer dos anos

de pagamento, as garantias terão de ser de monta, terão de ser bastante para que a operação se realize. Por esta razão — e só por esta razão, sr. Presidente, srs. Deputados, por ignorar, como acredito, que a Casa quase toda ignore, as obrigações do Estado do Paraná, por não termos em mãos nem conhecemos nenhuma publicação que nos pudessem esclarecer sobre este assunto, é que pediria concordância à Ilustre Liderança do Governo nesta Casa no sentido de retirarmos por duas sessões este projeto da Ordem do Dia, para que pudessemos saber quais as quantias já oferecidas pelo Paraná nas operações anteriores; para saber qual a dívida total do Estado do Paraná, pois, como todos leram, este projeto pede uma garantia vintenária. Atrasta-se por vinte anos. Consequentemente, haverá um gravame na vida financeira do Estado com um grande lapso de tempo.

E para que nosso voto não concorra para um desfecho que não seja aquele plenamente consciente de nossa responsabilidade é que formulo desta discussão, tentando interrompê-la, o seguinte pedido: (Lê)

"REQUERIMENTO"

Senhor Presidente:

O Deputado que está subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei n. 34/70, oriundo de Mensagem Governamental n. 4/70, que pede autorização legislativa para operações de financiamento, requer se digno V. Exa. de encerrar ao exmo. sr. Secretário da Fazenda, o seguinte Pedido de Informações:

- 1) — Qual a dívida total do Estado do Paraná?
- 2) — Quais as garantias oferecidas nas operações anteriores?
- 3) — Qual o montante dos juros pagos, mensalmente, pelo Estado do Paraná?

4) — Se o Estado do Paraná é inadimplente em algum contrato?

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1970.

(a) — Alencar Furtado

É o requerimento que formulo, independentemente do Pedido de Informações que endereço. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados:

Ouvimos com muita atenção os requerimentos formulados na sessão de hoje pelo nobre deputado José Alencar Furtado. O primeiro requerimento à TELEPAR. Endereça S. Exa., o nobre Deputado, pedido de informações ao Senhor Ivo Arzuza Pereira, presidente da TELEPAR, pedido de informações que nós até certo ponto consideramos válido.

Realmente, é muito interessante a tese levantada pelo nobre deputado José Alencar Furtado.

O outro requerimento, S. Exa. solicita à Mesa que suste a apreciação da Mensagem Governamental 4/70, sob a alegação de que estaria onerada em sua política de eletrificação por mais de 20 anos os recursos do Estado do Paraná, e que não conhece S. Exa. e a Casa, como de resto, o montante da dívida do Estado do Paraná. São, a meu ver, os principais itens do requerimento do nobre deputado José de Alencar Furtado. A matéria encontra-se em regime de urgência, e já vamos explicar o porque de a matéria encontrar-se em regime de urgência. Eu me permito fazer a leitura de parte da Mensagem Governamental: — "O Governo do Estado pede à Casa autorização legislativa para oferecer garantias, para se efetuar o repasse de financiamento da Eletrobrás com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID...".

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. falou em contrato de repasse?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sim, entre o BID e a Eletrobrás. Esta vai transferir à COPEL o repasse.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. quer dizer, passar de um para outro?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente, de um para o outro. Vai transferir este financiamento à COPEL, a fim de que esta possa atender ao convênio estabelecido com o Governo do Paraguai, no sentido do aproveitamento da energia fornecida pela Usina de Acaraí, em conexão com a Usina Hidroelétrica Júlio de Mesquita Filho, que vai atender ampla faixa da Região Oeste, Centro Oeste, Sudoeste e Norte do Estado.

Sr. Presidente, a política de eletrificação que o Governo do Estado pretende implantar, em convênio com a Eletrobrás, precisa de vultuosa soma. Os recursos, objetos do contrato, correspondem a milhões de dólares, de acordo com a avaliação da respectiva taxa cambial. Os recursos objeto do contrato, correspondem, em moeda nacional, a 5 milhões de dólares.

A matéria encontra-se em regime de urgência pelo seguinte fato. Porque, só após 120 dias da autorização legislativa é que a Eletrobrás poderá do BID autorização para este repasse de financiamento. Nós não podemos mais perder tempo. Urge o aproveitamento do potencial hidro-elétrico fornecido pela Usina Júlio de Mesquita Filho, inaugurada dias atrás. Como tomamos muito tempo, é que se resolveu, através da liderança, solicitar que a matéria fosse apreciada em regime de urgência. Ora, de acordo com o Regimento Interno da Casa, não há possibilidade alguma de nós postergarmos a apreciação da matéria.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, a razão dos 120 dias requeridos por V. Exa., condição para a consumação do ato contratual, é exatamente para esgotar o prazo legal do mandado de segurança que se publica em qualquer medida judicial, determina uma lei. Após isso, já é matéria prevista. Veja V. Exa. que o alcance com que essa empresa contratadora da Eletrobrás, tem o respeito, o interesse popular por matéria de interesse público. Eu, como modesto Deputado desta Casa, queria apenas, nobre Deputado, votar bem, votar conscientemente porque sabe V. Exa., como comerciante que é, que não se faz operação com ninguém em estado de solvente, porque é um risco demais.

Quando se pede um aval, uma garantia de cerca de 40 bilhões de cruzeiros para um caso desses, é para que se dê, assim, para quem vai dar, pelo menos o conhecimento da matéria e eu me curvava à argumentação de V. Exa., se V. Exa. tivesse conhecimento das perguntas por mim formuladas. E esse conhecimento me satisfaria, inclusive em caráter particular.

O que queria, era saber se tínhamos condições de, sem prejuízo do que já está pactuado, contratado, oferecer as garantias do montante solicitado. O meu propósito, vê V. Exa., é um só, de acerto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já respondo a V. Exa., V. Exa. colocando de maneira muito inteligente a pergunta, mas esqueceu apenas de uma coisa, as garantias que o Governo está oferecendo à Eletrobrás para receber esse financiamento, se circunscrevem às quantias que o Paraná teria direito ao Fundo de Eletrificação.

Nós não vamos absolutamente onerar o Orçamento do Paraná, apenas estamos recebendo por adiantamento do BID, as quantias que o Estado do

Paraná teria direito no Fundo de Eletrificação, no exercício de 1971 a 1989.

Então, o que parece a V. Exa., assim uma coisa incomum, é que o Governo do Estado está oferecendo a esse empréstimo refere-se apenas ao Fundo à quota de participação que o Estado tem no Fundo de Eletrificação. Então, estamos recebendo por adiantamento essa importância, para levarmos energia elétrica a essas regiões carentes de energia. Energia existe, é apenas a rede de distribuição da referida energia. As garantias que o Governo do Estado está oferecendo a esse empréstimo refere-se apenas ao Fundo de Eletrificação.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento)

Quero adiantar a V. Exa. e à Casa que o meu nobre colega de bancada, Sílvio Barros, foi relator dessa matéria e como tal se houve como sempre se tem havido nesta Casa, brilhantemente, relatando favoravelmente a mensagem endereçada à Casa. Nós, da bancada do MDB, como já disse no início de minha pequena palestra, endossamos, por inteiro, o parecer do deputado Sílvio Barros, apenas, nobre Deputado, se V. Exa. quisesse concordar comigo, apesar de que discordo de V. Exa., porque a matéria onera realmente, porque está prevista na receita tributária do Estado, mas se V. Exa. concordasse comigo, poderíamos abstrair o problema da votação de hoje e a matéria, regimentalmente de urgência, iria ser atendida como requereu V. Exa. e o requerimento teria a sua tramitação. Porque daqui para frente, de vez em quando, vamos ter casos como esse, e o fato de bom esclarecimento de uma matéria tão importante como esta, penso que só bem faz a esta Casa.

Sem prejuízo para o andamento do projeto, se V. Exa. quisesse aceitar, seria para nós de bom alvitre, porque, por mim, que não tenho consciência da matéria, ficaria grato a V. Exa..

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. anteriormente afirmou, se é que entendi bem, afirmou que se eu, simplesmente, respondesse os quesitos do requerimento de V. Exa. embora particularmente V. Exa. se contentaria.

Agradeço, até comovidamente, a prova de confiança do nobre colega, mas o requerimento de V. Exa. é bom, é válido, é útil e responderia, prazerosamente essas informações. Apenas gostaria de em atenção a V. Exa., embora a bancada do Governo seja, numericamente superior, e a matéria é pacífica e será aprovada, mas não queria faltar com a devida consideração a V. Exa. e à bancada do MDB, mas apenas queria mostrar a urgência da aprovação desta matéria para que o Estado, para que essas obras não sofressem atraso. A matéria está em regime de urgência, nós iremos aprová-la. Não receba essa aprovação nem V. Exa., nem a bancada da oposição como descon sideração da bancada do Governo, mas apenas pela premência do tempo é que temos que aprovar a Mensagem governamental, para que a COPEL receba esses recursos externos e possa dar cumprimento ao seu programa. Mas, me comprometo desde já, a trazer, a V. Exa. as informações, objeto daquele requerimento que, a nosso ver, não se constitui em empréstimo, mas investimento que o Governo está fazendo em obras de infra-estrutura. Esses empréstimos têm injetado dinheiro de outras fontes a fim de que possamos dar ao Estado do Paraná, as obras de infra-estrutura para seu desenvolvimento.

Agradeço as referências que V. Exa. fez e trarei os esclarecimentos solicitados no requerimento de V. Exa..

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao nobre deputado Sílvio Barros.

O SR. SÍLVIO BARROS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não fora as manifestações levantadas pelo Ilustre deputado Alencar Furtado, nós dariamos este assunto por encerrado, de vez que, na oportunidade em que o discutimos pela primeira vez, mantivemos um debate com S. Exa. o nobre deputado Roberto Galvani, que nos trouxe alguns elementos e informações.

Atualmente, cumpre, sr. Presidente e srs. Deputados, trazer à Casa os seguintes esclarecimentos, especificamente ao Ilustre deputado Alencar Furtado, porquanto como disse S. Exa., tendo sido eu o Relator da matéria, ele hipotecava a sua inteira confiança, e dessa maneira demonstrou uma consideração toda especial para comigo.

Devo dizer o seguinte: nós idos de 68, houve por bem a vizinha República do Paraguai, encetar, junto aos Estados Unidos da América do Norte, um trabalho no sentido de conseguir, em Icará, uma usina elétrica para produção de 40 mil Kw. Após os compromissos terem sido plenamente selados em termos e ao nível de Estado, concluiu-se, posteriormente, que o Paraguai, na oportunidade e nestes tempos, não tem capacidade para absorver a produção daquela usina hidroelétrica a ser lá instalada. Verificada essa distorção em termos de consumo, o Governo do Paraguai entrou em entendimento com o Governo brasileiro e para isso foram convidadas autoridades do Estado do Paraná, a fim de negociar mais de 50% daquela produção que deveria ser desviada ou consumida pelo Estado do Paraná.

Iniciado o processo para essa negociação o Governo do Paraná, através da direção da COPEL, procedeu o levantamento da possibilidade do consumo da energia elétrica. Concluiu, depois de seis meses, pela viabilidade de se comprar esses 23 mil quilowatts a serem produzidos pela Usina Acaraí, em futuro próximo ou remoto.

A verdade é que o Estado do Paraná concluiu pela possibilidade de consumir esta energia que, também, foi confirmada pela Eletrobrás que fez estudos concomitantemente. O Estado do Paraná, através de sua direção, negociou com os Estados Unidos da América do Norte e a vizinha República do Paraguai, nos termos seguintes:

Compraremos os 23 mil quilowatts se recebermos um empréstimo de onze milhões de dólares, inicialmente pedidos doze para extensão das linhas energéticas para o Oeste e Sudoeste do Paraná e interligando, depois, o Norte Novo e Novíssimo até fechar-se com o esquema que viria de Salto Grande-São Paulo.

Pôsto nestes termos não poderia haver reversão da transação iniciada, as vezes que os Estados Unidos da América do Norte, através do BID, lá havia dado consentimento e haviam dado trânsito à conclusão da operação com a República do Paraguai.

Como, na realidade, a solução do problema estava na decorrência direta do consumo desta energia pelo Estado do Paraná, o BID resolveu oferecer este empréstimo de onze milhões de dólares no caso, para a implantação dessa linha de energia.

A transação fora feita em nível de Estado ou seja das representações das Repúblicas do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte. Lá,

Comissão de Saúde Pública, com a finalidade de Instalação e eleição de set

Presidente e Vice-Presidente. Anotada a presença dos senhores deputados Ovidio Franzoni, Eurico Batista Rosas, Amadeu Puppi, Arnaldo Busato e Paulo Camargo. A reunião foi presidida na forma regimental pelo senhor Deputado Eurico Batista Rosas, que após constatar a presença da totalidade dos membros, declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da mesma. "Procedida a eleição verificou-se a votação unânime para os senhores Deputados: Ovidio Franzoni e Eurico Batista Rosas, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo a Presidência, o senhor Deputado Ovidio Franzoni, agradece a confiança nele depositada, determinando que as reuniões da Comissão fiquem condicionadas à existência de matéria da sua competência, convidando a seguir o funcionário Lóris Cordeiro de Barros, para exercer as funções de Secretário. Nada mais constando da pauta dos trabalhos, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, para constar eu, Lóris Cordeiro de Barros levi a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai por mim, pelo Presidente e pelos demais membros presentes, assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Ovidio Franzoni — Presidente
Eurico Batista Rosas — Vice-Presidente
Arnaldo Busato
Amadeu Puppi
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril de hum mil e novecentos e setenta, na sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, para a instalação, com a presença dos senhores deputados, Fabiano Braga Cortes, Olavo Ferreira, Igo Losso, Seme Scaff e José de Alencar Furtado. Assumiu a Presidência na forma Regimental, o senhor deputado Igo Losso, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente efetivo. Foi eleito por unanimidade o senhor deputado Olavo Ferreira, e para Vice-Presidente o senhor deputado Igo Losso, também por unanimidade ao tomar posse o senhor deputado Olavo Ferreira agradeceu a honrosa prova de confiança nele depositada pelos seus ilustres membros componentes da Comissão de Instrução Pública e fez o propósito o funcionário Gilberto Felix da Silva, para exercer as funções de secretário o funcionário Gilberto Felix da Silva, para exercer as funções de secretário, e marcou as reuniões para as três feiras-aras a sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais eu Gilberto Felix da Silva, levi a presente Ata que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor presidente assinada para que produza os efeitos de Lei.

aa) Olavo Ferreira — Presidente
Gilberto Felix da Silva — Secretário

COMISSÃO DE POLÍCIA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril de hum mil e novecentos e setenta, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, para a instalação, com a presença dos senhores deputados, João Mansur, Seme Scaff, Roberto Galvani, Pinto Dias e Nelson Buffara, assumiu a Presidência o senhor deputado João Mansur, na forma regimental e após constatar número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito Presidente o senhor deputado João Mansur, para Vice-Presidente o senhor deputado Nelson Buffara, ambos por unanimidade. Ao tomar posse o senhor deputado João Mansur agradeceu a honrosa prova de confiança nele depositada pelos seus ilustres membros da Comissão de Polícia, e fez o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. A seguir convidou o funcionário Gilberto Felix da Silva, para exercer a função de secretário da mesma Comissão, e marcou as reuniões para as segundas feiras após a sessão plenária. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais levi a presente Ata que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos de Lei.

aa) João Mansur — Presidente
Gilberto Felix da Silva — Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 21.ª Sessão Extraordinária Realizada em 22 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Leopoldo Jacomet e Amadeu Puppi.

As 15.10 é realizada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur do Souza, Gabriel Manoel, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Abrahão Miguel, Emilio Carazai, Erondy Silverio, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Roberto Wypych, Sôcio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fontes (27), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Pedermann, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Fund Nacii, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani e Seme Scaff (11).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 27 srs. Deputados.

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 6-70, Veto após o Projeto de Lei nr. 177-69, de autoria do deputado Roberto Galvani, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Assis Chateaubriand. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro a votação englobada das Proposições constantes da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli. — Aprovado. Consequentemente, abre-se a discussão para as seguintes Proposições:

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 318-69, Veto após o Projeto de Lei nr. 627-67, de autoria do deputado Jacinto Simões e outros, apresentado em 20-10-69 criando na sede do Município de Capanema, uma Escola Normal, de 2.º Ciclo, para funcionar no ano de 1970. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 319-69, Veto após o Projeto de Lei nr. 362-67, de autoria do deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Abatiá, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no ano de 1970. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Em votação as Proposições nrs. 6-70, 318-69 e 319-69. O sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados para votação secreta.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, se não me falha a memória — e daí vai por antecipação a desculpa — o atual texto constitucional determina a votação pública e não secreta de vetos. Daí por que peço à Mesa que consulte o texto constitucional, que no momento não tenho em mãos porque, se não me engano, esta foi uma das inovações da adaptação constitucional recentemente feita.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência respondendo à questão de ordem formulada pelo deputado Alencar Furtado tem a esclarecer que o preceito constitucional que regula o escrutínio secreto não determinou o procedimento. Contudo, o Regimento Interno ainda prevê a votação em escrutínio secreto.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, "data venia" do douto parecer de V. Exa. tenho a dizer que V. Exa. mesmo invocou os dois textos, o da Constituição Estadual, que repete o texto da Constituição Federal, e o Regimento Interno, que é Lei menor, submissa, sujeita ao texto constitucional.

Então, pediria a V. Exa. na oportunidade da realização dos dois textos — Regimento Interno e Constituição, que não tivesse dúvida, sr. Presidente, de dar prevalência ao texto constitucional, porque ficaria "letra morta" a Carta Maior do Estado do Paraná, se aquele prevalecer sobre este.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, longe de mim discutir matéria constitucional com o nobre deputado Alencar Furtado. Todavia, penso que a decisão da Mesa é correta, porque entendo que a Constituição Estadual, bem como a Constituição Federal omitiu a palavra "secreta", não definindo a forma pela qual deva ser realizada a votação. Ora, o nosso Regimento ainda determina que a votação seja secreta até que se faça adaptação do Regimento à nova Constituição. A nosso ver, portanto, deve prevalecer o Regimento Interno, de vez que a Constituição é omissa quanto à forma da votação. Não há conflito de jurisprudência, sr. Presidente.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Perdoe-me a Casa a insistência que faço toda vez que sinto tal razão. Mas, não houve omissão constitucional. O texto da Constituição diz que a votação do veto é votação pública, e o texto da Constituição Estadual repete a mesma coisa. É o que nos diz o parágrafo 3.º do art. 27 da Constituição, para que não haja mais dúvida, portanto, quanto ao convencimento dos srs. Deputados acerca do processo de votação. A votação é pública, como manda a Constituição.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, repito aqui o que disse anteriormente, que longe de mim discutir matéria constitucional com o nobre deputado Alencar Furtado. Mas, a sessão é pública, a votação é pública, apenas a forma é secreta. O povo está participando da sessão, da votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, "data venia" do ilustre entendimento do Líder do Governo nesta Casa, que diz que toda a votação é pública, eu digo, nobre Deputado e Líder do Governo, que a votação de veto, no texto anterior é secreta, e neste diz ser público. Então a diferença é fundamental. Na Constituição anterior, falava-se que a votação do veto era secreta. Nesta, diz que o voto é público. Então, parece fundamental a distinção, e aqui não vai nenhuma razão de ordem político-partidária, mas sim razão de ordem interpretativa. Se não fosse assim inserido no texto atual, se não fosse assim tão claro, ficaria com a tese de V. Exa. Mas, como difere fundamentalmente, fico com a minha tese.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência mantém a decisão já proferida. No entanto, encerrará sua assessoria para apreciar a questão de ordem levantada pelo ilustre deputado Alencar Furtado e decidirá na sessão de amanhã.

(Se feita a chamada dos srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Votaram 27 srs. Deputados. A Mesa designa os srs. deputados Olavo Ferreira, Paulo Poli e Roberto Wypych para comporem a comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede o escrutínio).

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte:

4 srs. Deputados votaram "sim";
12 srs. Deputados votaram "não";

11 votos em branco. — Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, quinze minutos após a realização da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições ns. 7-70, 320-69, 321-69.
Levanta-se a Sessão.